

de comum acordo, poderão ser submetidas ao Poder Judiciário, elegendo as partes, neste caso, o Foro da Comarca da Capital/ SC – Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

E, por estarem em pleno acordo os partícipes, foi lavrado o presente Acordo de Cooperação Técnica, assinado digitalmente pelos respectivos representantes.

(Assinado Digitalmente) Jorge Eduardo Tasca Secretário de Estado da Administração	(Assinado Digitalmente) Marcelo Pontes Comandante-Geral da PMSC
(Assinado Digitalmente) Fábio Zabot Holthausen Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	(Assinado Digitalmente) Marcelo Eduardo Schubert Coordenador do Escritório de Gestão de Processo
(Assinado Digitalmente) Nome - CPF Testemunha	(Assinado Digitalmente) Nome - CPF Testemunha

Florianópolis, 04 de Maio de 2022.

Anexo 1 - Plano de Trabalho

A. Objeto:

Consolidar o MODELO DE GOVERNANÇA POR PROCESSOS por meio da disponibilização de bolsistas para compor os NÚCLEOS DE GESTÃO DE PROCESSOS (NUPROCs) ou área congênere no ÓRGÃO.

B. Metas:

Meta 01: Promover a melhoria de pelo menos 20% dos processos identificados na FASE 1, no período de 12 meses;

Meta 02: Elevar em um nível a maturidade em BPM do Órgão no período de 12 meses.

C. Fases de execução:

1. FASE 1 - ESTRUTURAÇÃO - 50 dias

1.1. INSTITUIR O NUPROC - 20 dias

- Instituir o NUPROC por meio de portaria, nomeando os seus membros, quando necessário;

- Disponibilizar os membros do NUPROC à participação da ambientação/integração promovida pelo EPROC.

1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE MELHORIA DE PROCESSOS - 30 dias

- Coordenar, juntamente com os membros do NUPROC ou área congênere, o levantamento e a identificação dos processos críticos do órgão;

- Relacionar e priorizar, juntamente com o NUPROC ou área congênere, os processos identificados como críticos.

1.3. ENTREGAS

- Portaria de instituição do NUPROC e nomeação dos membros publicada no DOE, quando necessário;

- Relatório de identificação dos processos priorizados.

obs.: Os órgãos que possuem unidade de Gerenciamento de Processos de Negócio formalizada em sua estrutura organizacional terão o prazo do item 1.1 somados ao prazo do item 1.2.

2. FASE 2 - ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E MELHORIA DE PROCESSOS - 190 dias

2.1. EXECUTAR O CICLO DE GESTÃO DE PROCESSOS NOS PROCESSOS PRIORIZADOS

2.2. ENTREGAS

- Plano de trabalho para cada processos priorizado

- Canvas de diagnóstico do processo

- Modelagem As-Is do processo no formato BPMN (quando necessário)

- Modelagem To-Be do processo no formato BPMN

- Instrução de Trabalho em formato .DOC

obs.: os documentos acima deverão ser entregues conforme modelo disponibilizado pelo EPROC.

3. FASE 3 - ENCERRAMENTO - 30 dias

3.1. GESTÃO DA ROTINA

- Implantar junto ao NUPROC ou área congênere o plano de monitoramento e avaliação dos processos publicados;

- Acompanhar os processos implantados avaliando sua efetividade;

3.2. DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE EM GERENCIAMENTO DE PROCESSO DE NEGÓCIO

- Avaliar, juntamente com o EPROC, o nível de maturidade em BPM no órgão.

3.3. ENTREGAS

- Relatório de acompanhamento dos processos publicados

- Relatório de diagnóstico de maturidade em BPM.

Obs.: 30 dias antes do encerramento do contrato com o Bolsista o órgão deverá proceder a Fase 3 - Encerramento, concluindo as iniciativas em andamento e apresentando os relatórios descritos nessa etapa.

Resumo do Plano de Trabalho

Descrição	Prazo	Acumulado
FASE 1 - ESTRUTURAÇÃO	50 dias	50 dias
FASE 2 - ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E MELHORIA DE PROCESSOS	190 dias	240 dias
FASE 3 - ENCERRAMENTO	30 dias	270 dias

Cod. Mat.: 831077

PORTARIA Nº 232/PMSC de 08/06/2022.

DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15 inciso II, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 16 inciso II, parágrafo único, inciso II do Decreto nº 333/07, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – CTISP, **Edson Rocha**, Cabo PM RR Mat. 915610-0 **à contar de 09/06/2022.**

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 831083

PORTARIA Nº 233/PMSC de 09/06/2022.

DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15 inciso II, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 16 inciso II, parágrafo único, inciso II do Decreto nº 333/07, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – CTISP, **João Carlos da Silveira**, 3º Sargento PM RR Mat. 920633-7 **à contar de 05/06/2022.**

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 831087

PORTARIA Nº 234/PMSC de 09/06/2022.

DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15 inciso II, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 16 inciso II, parágrafo único, inciso II do Decreto nº 333/07, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – CTISP, **Oséias Cardoso Rodrigues**, 3º Sargento PM RR Mat. 918207-1 **à contar de 15/06/2022.**

MARCELO PONTES

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 831089

Polícia Civil

PORTARIA Nº 433/PCSC/DGPC/CORPC, de 03/06/2022.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 18/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 358.992-7, mandada instaurar pela Portaria nº 221/PCSC/DGPC/CORPC, de 10/03/2021, publicada no D.O.E. nº 21.502, de 16/04/2021, **com efeitos a contar do dia 10/06/2022.**
Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 829832

PORTARIA Nº 434/PCSC/DGPC/CORPC, de 03/06/2022.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 32/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 250.849-4, mandada instaurar pela Portaria nº 131/PCSC/DGPC/CORPC, de 19/02/2021, publicada no D.O.E. nº 21.605, de 14/09/2021, **com efeitos a contar do dia 11/06/2022.**
Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 829834

PORTARIA Nº 444/GAB/DGPC/PCSC, de 09/06/2022

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 31/2019**, no qual são acusados os servidores de matrícula nº 650.544-9 e nº 953.688-4, mandado instaurar pela Portaria nº 305/SSP/DGPC/CORPC, de 03/04/2019, publicada no DOE n.º 21.138, de 07/11/2019, **com efeitos a contar do dia 12/06/2022.**
Marcos Flavio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 830927

Despacho

PCSC 11230/2022

Dicapel Papéis e Embalagens Ltda, CNPJ 83.413.591/0003-18

1. Ciente;
2. De acordo com o parecer do Setor de Penalidades de Empresas Contratadas;
3. Entendo que há fundamento para a aplicação de multa na ordem de **R\$ 10.147,30** (dez mil, cento e quarenta e sete reais e trinta centavos) em razão da mora por 13 (treze) dias da AF 33/PCSC/2022, pela aplicação de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, pelos motivos de fato e de direito mencionados na r. Informação nº 15/2022, que tomo como razão de decidir;
4. Restitua-se à GELIC/SEPEN para providências relativas ao registro da penalidade, abrindo-se prazo recursal ao contratado.

Data: conforme assinatura digital.

(assinado digitalmente)

Gustavo Oliveira Altemar

Delegado de Polícia

Diretor de Administração e Finanças

Cod. Mat.: 831051

Corpo de Bombeiros Militar

PORTARIA Nº 256/CBMSC, de 6/06/2022.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 18 da Lei Estadual nº 724, de 18 de julho de 2018 e com o artigo 55 do Decreto nº 1.328 de 2021, **RESOLVE:**
Art. 1º Nomear para constituir a comissão de revisão da Diretriz Operacional nº 2 acerca do serviço de APH, os seguintes bombeiros militares:
I - Maj BM Mtcl 925847-7 Henrique Piovezam da Silveira;
II - Maj BM Mtcl 927676-9 Anderson Medeiros Sarte; e
III - Maj BM Mtcl 928359-5 Priscila Casagrande.
Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para finalização da diretriz a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Publicar esta Portaria no Diário Oficial do Estado e no Boletim do Corpo de Bombeiros Militar.